

O ensino de história: uma abordagem para discussão política do Brasil na sala de aula

Allan Víctor Pereira da Silva¹

Douglas Batista Moraes²

Resumo

A história enquanto disciplina foi pensada paralelamente ao meio acadêmico a priori para consolidar e legitimar o Estado e a elite política, ou seja, o governo em exercício. É desde então a ferramenta mais forte para a manutenção do poder.

A crise política instaurada no Brasil atual, se enraíza na educação que acaba por ser delimitada e controlada nos dando a ilusão de poder e liberdade plena enquanto professores, entretanto nos estabelece limites.

Partindo dessa aceitação, o debate político deve tornar-se cada vez mais presente no ambiente escolar, esclarecendo as atuais limitações, promovendo discussões onde sejam abordadas questões das mais clássicas até as contemporâneas e de modelos e formas de se fazer política, fazendo com que o estudante perceba como ela é uma questão importante presente em sua vida, provocando um estudo inicial e despertando a prática política.

Palavras-chave: Política; Debate; Educação.

1 Introdução

O presente artigo faz uma análise de documentos históricos sobre a educação brasileira desde seu início formal, propondo a aceitação de uma realidade educacional específica do Brasil como ponto inicial e crucial para uma mudança no ensino de base; faz uma análise de como a disciplina história servia e continua servindo de instrumento estatal de controle e manipulação das massas. “A História era o estudo das mudanças e, no final do século XIX, era um método científico e uma concepção de evolução: ela se desenvolveu buscando o fortalecimento do Estado, conformação material da nação.” (FURET). A partir da exploração da BNCC (Base Nacional Curricular Comum) busca e apresenta caminhos de mudanças permitidos pelo próprio documento oficial e que

¹ Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. Acadêmico do curso de Licenciatura Plena em História do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. allanvictorpdfs@gmail.com

² Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. Orientador. Professor do curso de Licenciatura Plena em História do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA.

devem ser utilizados para promoção de mudanças e atualizações sempre necessárias na educação, inclusive alterações no próprio documento oficial.

2 Metodologia

Foi utilizado como principal fonte textos de análise da História como disciplina escolar e enquanto ciência, de manuais didáticos ao longo da história da educação no Brasil e principalmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018.

3 Resultados e Discussão

O analfabetismo político e as demais formas de analfabetismo que se não construída por uma elite, por ela foi mantida por conveniência econômica e que acompanhou a história do Brasil em toda a sua construção enquanto Estado, é onde encontra-se a raiz dos problemas atuais que persistem na tentativa de se camuflar e se fazer justo. O desenvolvimento científico brasileiro, bem como a educação de base é dependente de verbas, que apesar de serem retiradas de impostos individuais é organizada e dividida por um ente gerido por um conservadorismo, que claro, inibe qualquer ideia que vise a igualdade social como projeto a médio e longo prazo, que é de direito humano, pois colocaria em risco, não somente a perda de vantagens econômicas, mas de poder político. O Brasil atual é, então, o Estado nacional consequente de toda essa construção histórica.

A história enquanto disciplina foi pensada paralelamente ao meio acadêmico a priori para consolidar e legitimar o Estado e a elite política. É desde então o instrumento mais forte para a manutenção do poder. Tendo, enquanto disciplina seus currículos produzidos pelo governo. Com clara intenção de nivelamento se estabelece de forma generalista, impedindo assim a liberdade, atendendo a uma elite que no caso é a soma do governo em exercício, agregado ao empresariado. “[...] Quem, portanto, está excluído do discurso educacional? Justamente aqueles que poderiam falar da educação enquanto experiência que é sua: os professores e os estudantes. [...] (Marilena Chauí, 2016).

Os currículos e programas das escolas públicas, sob qualquer forma que se apresentam (guias, propostas, parâmetros), são produzidos por órgãos oficiais, que os deixam marcados com suas tintas, por mais que os documentos pretendam representar o conjunto

dos professores e os “interesses dos alunos”. E por mais que tais grupos reivindiquem participação na elaboração de instrumentos de trabalho, ela tem se restringido a leituras e discussões posteriores à sua observação. (Katia Abud, 2004).

A criação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), fez com que os professores, estudantes e demais atores da área da educação, pudessem ter em mãos um código de onde se faz possível por ser um documento oficial, extrair-se qualquer aporte jurídico capaz de promover qualquer mudança necessária, partindo do modelo atual, ou seja aceitando-o. A BNCC traz como competência número um na área das ciências humanas e sociais para ser aplicado no ensino médio:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (BNCC, 2018)

Sendo, como uma de suas habilidades, dentre outras:

(EM13CHS102) identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos. (BNCC, 2018)

Com a evolução dos currículos organizado para a educação por um governo que o prepara segundo seus desejos, suas intenções, carregando consigo as características históricas de quem o fez. Afirma Certeau que “[...] é impossível, portanto, analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele é organizado em silêncio [...]” (De Certeau, 1974). Os currículos se tratam de um discurso histórico. Tenta-se por parte dessa elite convencer a população de que se trata da melhor forma de se agir, forma essa que foi minuciosamente estudada e analisada. Sua intenção é passar para todos (principalmente professores e alunos) que eles são livres, porém toda essa intenção não passa de uma espécie de ilusão de liberdade, quando na verdade trabalha-se para gerar números. Ao longo do desenvolvimento da disciplina “Os interesses do

Estado e da Educação conjugavam-se na medida em que os indivíduos seriam moldados pela ação e representação conservadoras. ” (Kátia Abud, 2004).

[...] está presente nos programas de 1942, que tiveram suas Instruções Metodológicas expedidas em 1945. [...] como objetivos do ensino de História: [...] d) esclarecer e fortalecer os sentimentos de civismo, dos direitos e deveres das novas gerações para com a pátria e a humanidade. (Kátia Abud, 2004).

Em 1843, quando o Instituto Histórico e Geográfico questionou sobre “Como se deve escrever História do Brasil” um dos pontos da resposta vencedora de Von Martius foi a seguinte: “Para evitar uma possível regionalização, sugeri que agrupassem regiões com características semelhantes e histórias convergentes. ” (Rodrigues, 1979). Esse é um dos fatos que fez com que os currículos sejam extremamente generalistas em um dos países mais plurais, que é o Brasil.

Afirma ainda a BNCC para ser trabalhado com o alunato do ensino médio, em sua competência de número seis o seguinte:

Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BNCC, 2018)

Nessa competência a BNCC permite oficialmente a criticidade e sua exposição, podendo ser incluído na crítica o próprio documento, desde que respeitando diferenças, tomando como direito, liberdade e autonomia e como dever a responsabilidade de agir baseado na consciência crítica, isto quer dizer que fica excluído, de acordo com o documento, a confusão de ideias, a má interpretação e o achismo como instrumento de debate.

4 Conclusões

Cabe então, já que há a obrigação aos professores de realizarem suas atividades a partir do currículo produzido pelos órgãos governamentais (Federal, Estadual e Municipal), ter e fazer com que seus alunos tenham a clareza dessa situação para que a partir daí deem seguimento ao ensino apresentando as várias faces, fases e os vários modos pelo qual a política se apresenta atualmente e os demais modos pelo qual já se apresentou no curso da História. É necessário mais do que tudo trabalhar com os

porquês (as causas e as consequências) nos diversos contextos mundiais de espaço-tempo.

Isso se dará com a promoção do debate como sugerido na própria BNCC e discussão da política do Brasil nas aulas de História, partindo dessa aceitação dos limites impostos pelos currículos escolares, que nos impõe a ideia generalista de “verdade”, o alunato descobrirá a essência, resultando num maior engajamento pelo fato de possuir agora, maior clareza, fazendo com que através dessa prática puramente política ele perceba melhor sua importância na sociedade.

5 Referências

ABUD, Katia. **Currículos de História e Políticas Públicas: Os Programas de História do Brasil na Escola Secundária**. In: Circe Bittencourr (org.). O Saber histórico em sala de aula. 9. ed. – São Paulo: Contexto, 2004. – (Repensando o ensino).

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

DE CERTEAU, M. **A operação histórica**. In: LE GOFF, J., NORA, P. História: novos problemas. 4º Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016. **Ideologia e educação**. Marilena de Souza Chauí.

FURET, F. **A História na cultura clássica**. In: A oficina da história. Tradução de Adriano D. Rodrigues. Lisboa: Gradiva, s/d. p. 193.

RODRIGUES, J. H. **Teoria da História do Brasil (Introdução Metodológica)**. 5. Ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979. Pp. 130 – 131.